

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026-CODEC

1. DO PREÂMBULO

1.1. A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ - CODEC**, sociedade de economia mista com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 05.416.839/0001-29, com sede à Av. Nossa Senhora de Nazaré, nº 1297, bairro de Nazaré, CEP: 66.035-145, no Município de Belém, Estado do Pará, neste ato representada por seu Presidente, Sr. LUTFALA DE CASTRO BITAR, tendo sido designadas a Pregoeira e a Equipe de Apoio pela Portaria nº 124/2025-RH/DAF, de 11/08/2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 36.325, de 12/08/2025, conforme Processo Administrativo nº 2026/2437287, levam ao conhecimento dos interessados que realizarão licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo por critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE (lote único)** e por modo de disputa o **ABERTO**, objetivando a **aquisição de Equipamentos de Informática para atender as necessidades da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará - CODEC**, conforme especificações do Termo de Referência (Anexo I).

1.2. A presente licitação será regida pelas condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos, pelos termos da Lei Federal nº 13.303/2016, e, no que couber, pela Lei Federal nº 14.133/2021 (artigos 17, 28, inciso I, 178 e 60), e pelos Decretos Estaduais nº 878/2008, 2.121/2018 e 534/2020 e suas respectivas alterações, pela Lei Complementar nº 123/2006, bem como pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEC (disponível no sítio <http://www.codec.pa.gov.br> na aba Downloads).

1.3. DA SESSÃO PÚBLICA

1.3.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pela Pregoeira da CODEC, a ser realizada conforme indicado abaixo:

Dia: 26 de junho de 2026.

Horário: 09:00h (horário de Brasília)

Endereço Eletrônico: www.gov.br/compras

Recebimento das Propostas: a partir da divulgação do Edital no sítio www.gov.br/compras

UASG: 926066

1.3.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico estabelecidos no item acima, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

1.4. O Edital e anexos poderão ser adquiridos junto à Gerência de Licitação da CODEC localizada na Av. Nossa Senhora de Nazaré, nº 1297, bairro Nazaré, CEP: 66.035-145, Belém, Pará, através de mídias digitais tipo pen drive ou HD externo, ou através dos sítios www.gov.br/compras e www.compraspara.pa.gov.br e www.codec.pa.gov.br.

1.5. Os pedidos de esclarecimentos e informações referentes ao processo licitatório deverão ser enviados à Pregoeira, **até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública**, exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do e-mail cpl@codec.pa.gov.br, devendo o Licitante mencionar o número do processo licitatório.

1.6. As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pela Pregoeira através do e-mail ou publicados nos sítios www.gov.br/compras e www.compraspara.pa.gov.br e www.codec.pa.gov.br e/ou no Diário Oficial do Estado do Pará, quando exigível, cabendo ao Licitante acompanhar essas informações, ficando a Pregoeira e a Equipe de Apoio isentos de qualquer responsabilidade por falhas decorrentes do não recebimento pelo Sistema Eletrônico, de quaisquer das mensagens emitidas pela CODEC.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **aquisição de Equipamentos de Informática para atender as necessidades da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará - CODEC**, conforme especificações do Termo de Referência (Anexo I).

2.2. Esta licitação terá por critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE (lote único)**, e será processada e julgada nos moldes da legislação pertinente, deste Edital e seus Anexos, em especial, do Termo de Referência e da minuta contratual, que são partes integrantes deste instrumento, sem necessidade de transcrição.

2.3. Integram este instrumento convocatório, independente de transcrição, os seguintes anexos:

- a)** ANEXO I – Termo de Referência;
- b)** ANEXO II – Modelo de Proposta;
- c)** ANEXO III – Minuta do Contrato.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do presente certame as empresas que:

3.1.1. Desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, individuais ou consorciadas, nacionais ou estrangeiras em funcionamento no país, que atendam as condições desse Edital e seus anexos e, no que couber, ao Decreto Estadual nº 878/2008, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, e que estejam devidamente credenciados na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, através do site www.gov.br/compras e apresentem os documentos nele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório de Notas e Ofício competente;

3.1.2. Estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do Decreto Federal nº 3.722, de 09.01.2001, publicado no D.O.U. de 10.01.2001 e da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

a) As empresas não cadastradas no SICAF que tiverem interesse em participar do presente Pregão Eletrônico, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos Órgãos da Administração Pública;

b) As empresas estrangeiras em funcionamento no país deverão solicitar o seu credenciamento diretamente no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico www.gov.br/compras, COMPRAS GOVERNAMENTAIS, até 03 (três) dias úteis antes da abertura da sessão.

3.1.3. Não estejam sob falência ou concordata, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, consórcios de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

3.1.4. Não tenham sido declaradas inidôneas por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública Estadual.

3.2. A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) atua como Órgão provedor do Sistema Eletrônico.

3.3. Como requisito para participação no Pregão Eletrônico o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que:

3.3.1. Está ciente e cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como com a descrição técnica constante do Termo de Referência (**Anexo I**) do presente Edital;

3.3.2. Declara enquadrar-se como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.

a) A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o Licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo sendo Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP).

3.3.3. Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.3.4. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

3.3.5. A proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

3.4. As Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP) poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma da Lei Complementar nº 123/2006, devendo declarar, via Sistema de Compras, sob as penas da Lei, que cumprem os requisitos estabelecidos em seu art. 3º, e que estão aptas a usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar.

3.4.1. A declaração de cumprimento das condições de habilitação para Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) deve ser apresentada no momento do credenciamento dos participantes, em campo próprio do Sistema Eletrônico.

3.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento dos bens a eles necessários:

3.5.1. Servidor ou dirigente da CODEC ou responsável pela licitação;

3.5.2. Empresas concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.5.3. Empresas que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que pela Administração tenham sido declaradas inidôneas, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

3.5.4. Empresas estrangeiras que não funcionem no País;

3.5.5. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CODEC;

3.5.6. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

3.5.7. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

3.5.8. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

3.5.9. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

3.5.10. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

3.5.11. Aplica-se ainda a vedação prevista neste subitem:

a) À contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de Licitante;

b) A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

b.1) Dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista;

b.2) Empregado da CODEC cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

b.3) Autoridade do ente público ao qual a CODEC está vinculada.

c) Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CODEC, promotora da licitação e contratante, há menos de 6 (seis) meses.

3.6. A participação no presente certame implica, expressamente, para os Licitantes:

3.6.1. A confirmação de que obtiveram todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento do objeto;

3.6.2. A aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos;

3.6.3. A observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

a) A apresentação de declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a Licitante às sanções previstas neste Edital e legislação pertinente.

3.7. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratado.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 4.1.** Os Licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento, junto ao provedor do sistema eletrônico, antes da data marcada para início da sessão pública via internet.
- 4.2.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site www.gov.br/compras.
- 4.3.** O credenciamento do Licitante e sua manutenção dependerão de registro cadastral prévio e atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 4.4.** O credenciamento no SICAF permite a participação dos interessados em qualquer pregão, na forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro no SICAF tenha sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.
- 4.5.** O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal, única e exclusiva do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 4.6.** O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à CODEC, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5. DO RECEBIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1.** O recebimento das propostas dar-se-á a partir da disponibilização do Edital no site do Portal de Compras do Governo Federal, www.gov.br/compras, e encerrará às **09:00 horas, do dia 26/06/2026, horário de Brasília.**

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2.1. O Licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. E em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Sistema de Compras Governamentais e as especificações constantes no Termo de Referência (**Anexo I**) deste Edital, prevalecerão estas últimas.

6.2.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos

termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3.1. Caso haja exclusivamente a alteração da data de abertura da sessão pública indicada no item 1.3.1 do Edital por fato superveniente, a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação ocorrerão, obrigatoriamente, até a data estipulada no item 5.1.

6.4. A proposta de preço deverá ser registrada no Sistema de Pregão Eletrônico doravante denominado Sistema Eletrônico.

6.5. Os preços propostos serão registrados, **indicando o VALOR TOTAL DO ITEM no campo “valor unitário”**, no qual o Licitante se propõe a fornecer os bens e/ou serviços, expressos numericamente, já incluídos, todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.6. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.7. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos e implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. Tanto na fase de proposta quanto na fase de lances, somente o valor total é utilizado pelo Sistema Eletrônico, sendo o valor unitário utilizado apenas para validação do valor total.

6.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, sujeitará o Licitante às sanções previstas neste Edital.

6.11. A partir das **09:00h, horário de Brasília, do dia 26/06/2026**, terá início à sessão pública deste certame.

6.11.1. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.11.2. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.11.3. Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital, serão encaminhados pelo Licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, **observado o prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas**, a ser estabelecido pelo Pregoeiro(a).

6.12. O Licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à CODEC a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que praticados por terceiros.

6.13. O Licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

6.14. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data e horário indicados neste Edital, no site www.gov.br/compras.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

7.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8. DO ENVIO DE LANCES

8.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.5. O Licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta registrados no sistema.

8.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado neste instrumento convocatório.

8.8. Como foi adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “**ABERTO**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.8.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.8.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.8.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

8.8.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.8.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.9. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.12. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site www.gov.br/compras.

8.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9. DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DOS LANCES E DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao Licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

9.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.3. A fase da negociação será o momento em que o preço estimado será divulgado para os licitantes, uma vez que este procedimento licitatório adota o sigilo do orçamento estimado.

9.4. A Pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no **prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.5. É facultado à Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.6. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.7. Será aceito apenas o registro de uma única proposta vencedora, existindo a possibilidade de convocar os demais licitantes na ordem de classificação, e assim sucessivamente, caso haja desistência do melhor colocado.

9.8. Após a negociação, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.9. A CODEC se resguarda o direito de não aceitar e não adjudicar a proposta cujo preço total seja superior ao estimado para a contratação.

9.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital e na forma da legislação aplicável.

10. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A Pregoeira efetuará o julgamento das Propostas de acordo com as exigências contidas neste Edital, pelo critério do **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE (lote único)**, podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao Licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim, decidir sobre sua aceitação.

10.2. Encerrada a etapa competitiva da sessão pública, se o lance de menor preço não tiver sido feito por Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) e houver lance apresentado por Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) igual ou superior em até 5% (cinco por cento) àquele (Empate Ficto), proceder-se-á da seguinte forma:

10.2.1. A Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) em empate ficto com lance de menor preço será convocada, mediante envio de mensagem automática pelo sistema eletrônico, para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados daquela mensagem, um último lance, obrigatoriamente abaixo do lance de menor preço;

10.2.2. Não atendendo, Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) em empate ficto com lance de menor preço, à convocação prevista no subitem anterior, o sistema eletrônico, de forma automática, convocará as demais licitantes que se enquadrem na situação de empate ficto, descrita no subitem 10.2, na ordem classificatória, para ofertarem novos lances, de preço inferior àquele considerado vencedor do certame;

10.2.3. Havendo igualdade de valores entre os lances apresentados por Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) que se enquadrem na situação de empate ficto, descrita no subitem 10.2, o sistema eletrônico realizará sorteio, definindo e convocando automaticamente o Licitante nele vencedor para o exercício do direito previsto no subitem 10.2.1.

10.3. Exercido o direito previsto no subitem 10.2.1, a Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) que o tenha feito passará à condição de detentora do lance de menor preço.

10.4. No caso da proposta ou o lance de menor valor não ser aceitável, ou se o Licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

10.4.1. Ocorrendo a situação a que se refere o item 10.2, a Pregoeira poderá negociar com o Licitante para que seja obtido preço melhor.

10.4.2. A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.4.3. A Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes a eficácia para fins de classificação e habilitação.

10.5. A Pregoeira, dada a natureza técnica e/ou complexidade dos elementos deste objeto, poderá utilizar assessoramento técnico e específico na área de competência que se efetivará através de parecer que integrará o processo.

10.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

10.6.1. Contenha vícios insanáveis ou ilegalidades;

10.6.2. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência ou Projeto Básico, ou constantes neste instrumento convocatório e seus anexos, inclusive erratas e/ou esclarecimentos que porventura sejam emitidas pela Pregoeira;

10.6.3. Apresente preços manifestamente inexequíveis:

a) Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida;

b) No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;

c) No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

10.6.4. Se encontre acima do orçamento estimado para a contratação, **considerando tanto o valor de cada item e o valor global do lote, após divulgação pelo sistema;**

10.6.5. Não vier a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e a produtividade apresentada, quando exigida pela CODEC:

a) A Pregoeira poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos Licitantes que ela seja demonstrada, podendo ser adotado, dentre outros, os procedimentos enumerados no art. 44, § 1º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEC.

10.6.6. Apresente desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível o seu saneamento antes da adjudicação do objeto, resguardado o tratamento isonômico entre os Licitantes.

10.7. Se, após a negociação com todos os Licitantes, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, a licitação deverá ser revogada ou declarada fracassada, conforme previsão expressa do art. 57, § 3º da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, observando o disposto no art. 61, § 5º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEC.

10.7.1. Em hipótese alguma a negociação poderá ser utilizada com o fim de corrigir erros no Termo de Referência ou modificar a natureza do objeto licitado.

10.7.2. A critério da Pregoeira, a sessão pública poderá ser suspensa pelo prazo de até 02 (dois) dias úteis para que o Licitante apresente resposta final sobre os termos propostos pela CODEC na negociação.

10.7.3. A Pregoeira poderá, a qualquer momento, solicitar aos Licitantes a composição de preços unitários, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessário para melhor análise de suas propostas.

10.8. Não se admitirá proposta que apresentar alternativa de preços.

10.9. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

10.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação das Licitantes será verificada **“Online”** no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, nos documentos por ele abrangidos, que devem estar em plena validade, tais como: I – Credenciamento; II – Habilitação Jurídica; III – Regularidade Fiscal Federal (Receita Federal, FGTS, INSS, CNDT); IV – Regularidade Fiscal Estadual/Municipal (Receita Estadual e Receita Municipal); V – Qualificação Econômico-Financeira (Balanço Patrimonial, Falência e Concordata).

11.1.1. Procedida a consulta, será impressa declaração demonstrativa da situação do Licitante, a qual será juntada aos autos.

11.1.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF do Governo Federal.

11.2. Caso nos registros cadastrais (SICAF) conste algum documento vencido, a Licitante deverá encaminhar comprovante equivalente, com o respectivo prazo atualizado, conforme estipulado no subitem acima, sob pena de inabilitação.

11.3. Caso os documentos de habilitação, exigidos para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) estejam vencidos, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.3.1. A não-regularização da documentação, no prazo previsto na Lei Complementar nº 123/2006, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais e regulamentares previstas, sendo facultado à CODEC convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.4. Para fins de habilitação, a Licitante deverá apresentar, ainda, a seguinte documentação complementar, caso não conste ou conste apenas parcialmente no cadastro do SICAF:

11.4.1. REGULARIDADE JURÍDICA:

- a)** Cédula de Identidade do representante legal ou cópia do passaporte com visto que permita atuar profissionalmente no Brasil, no caso de estrangeiro;
- b)** Comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (registro comercial), no caso de empresa individual;
- c)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme a respectiva natureza;
- d)** Documento de eleição dos administradores, procuração ou ata de assembleia que outorgou poderes ao(s) representante(s), no caso dessa atribuição e dos dados pessoais do(s) representante(s) não constarem do estatuto ou contrato social;
- e)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;
- f)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.4.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do representante legal e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b)** Prova de regularidade perante a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- c)** Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- d)** Prova de regularidade perante a Fazenda Pública Estadual da sede da licitante,

mediante a apresentação da Certidão de Débito Tributário e Não Tributário;

e) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado e do Município, relativo à sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

f) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do Licitante, através da Certidão de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), negativa ou equivalente.

11.4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial da empresa, expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida no domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 06 (seis) meses e válida:

b.1) As empresas em recuperação judicial ficam dispensadas da apresentação da certidão acima, desde que, por força da indisponibilidade do interesse público, demonstrem nesta fase a sua capacidade econômica e financeira através da apresentação da **Certidão de Objeto e Pé** emitida pelo juízo, devidamente acompanhada do **Plano de Recuperação Judicial aprovado pelos credores** e correspondente **homologação do Juízo competente**.

c) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

c.1) A comprovação exigida no item anterior deverá ser feita da seguinte forma:

i. No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado/ Distrito Federal ou, se houver, do Município da sede da empresa;

ii. No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial.

c.2) O Licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira:

LG = Liquidez Geral – superior a 1
SG = Solvência Geral – superior a 1
LC = Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$
 $SG = AT / (PC + PNC)$
 $LC = AC / PC$

Onde:

AC = Ativo Circulante
RLP = Realizável a Longo Prazo
PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo não Circulante
AT = Ativo Total

c.3) A empresa que apresentar resultado igual ou menor do que 01 (um) em quaisquer dos índices acima referidos deverá comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor cumulativo do contrato a ser celebrado pelo Licitante, como dado objetivo de qualificação econômico-financeira.

c.4) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

11.4.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Apresentação de, **no mínimo, 02 (dois) Atestados e/ou Declarações de Capacidade Técnica**, em nome da licitante, emitido nos últimos 3 (três) anos, compatível ao objeto licitado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, pelo qual a empresa tenha sido responsável pelo fornecimento dos bens similares em características, quantidades e prazos, ao do objeto do presente Termo, vedada a apresentação de atestados fornecidos por uma mesma empresa.

a.1) O(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica apresentado(s) deve(m) descrever claramente os quantitativos e marcas dos equipamentos, devendo ser feita em papel timbrado da Declarante, indicando o CNPJ/MF (Matriz ou Filial) da Licitante e identificação completa da empresa/órgão que o expede. Também deverá constar que os serviços realizados foram ou estão sendo satisfatórios, não existindo nos registros, até a data da expedição, fatos que desabonem a conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas. Deve ser datada e assinada (nome do representante da Empresa Emitente cargo-telefone).

11.5. A não apresentação de qualquer um dos documentos de habilitação exigidos ou a apresentação em desacordo com este edital acarretará a inabilitação da Licitante.

11.5.1. Se o Licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a oferta subsequente e se sua autora não atender às exigências de habilitação do edital, continuará examinando as demais ofertas, na ordem de classificação, até encontrar proposta cuja autora atenda às condições.

11.6. Sob pena de inabilitação, terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão até a data de apresentação solicitada pela Pregoeira, todos os documentos apresentados pelos Licitantes que não contiverem em seu texto a data de validade estabelecida.

11.7. Para fins de habilitação, a verificação da autenticidade das certidões nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores, constitui meio legal de prova da entidade promotora do certame.

11.8. Todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se o Licitante participar do certame por sua matriz, e em nome da filial, se o Licitante participar do certame por sua filial.

11.8.1. Caso o fornecimento do objeto da licitação se dê por filial, o Licitante que participou por sua matriz deverá apresentar todos os documentos de habilitação relativos à matriz e à filial, comprovando a regularidade fiscal, trabalhista, jurídica, econômico-financeira e técnica de ambas.

11.9. A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

11.10. Os Atestados de Capacidade Técnica deverão ser originais e emitidos em papel timbrado das pessoas jurídicas, públicas ou privadas, que os expediram, admitidas cópias autenticadas.

11.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos de habilitação exigidos neste edital, a Pregoeira poderá ainda suspender a sessão pública do pregão, informando no chat o novo dia, data e horário para sua continuidade.

11.12. Serão sanados pela Pregoeira, através de informações ou diligências requeridas, quaisquer erros evidenciados como meramente formais

11.13. Os documentos apresentados ficarão anexados ao processo, com vista franqueada aos interessados, sendo vedada a sua retirada ou substituição dos autos.

11.14. Todos os documentos apresentados pelos licitantes poderão ser assinados digitalmente, através de assinatura eletrônica qualificada, que utiliza certificado digital (padrões ICP-Brasil), nos termos do art. 4º, item III, da Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

11.15. Será declarada vencedora a Licitante que apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE (lote único)** e atender às exigências fixadas neste edital.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

12.1. A proposta ajustada ao lance final da Licitante vencedora e os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, inclusive, quando houver necessidade, os anexos, deverão ser remetidos via sistema Compras.Gov, no prazo solicitado pelo(a) Pregoeiro(a).

12.2. A Proposta de Preços (conforme **Anexo II**), com os valores unitários e globais readequados de acordo com o lance vencedor e/ou negociado, se for o caso, será apresentada em papel timbrado da Licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigidas com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal do Licitante proponente, com o seguinte conteúdo, de apresentação obrigatória:

a) Indicação do número da licitação e do nome ou razão social do proponente, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefones de contato, fax e endereço eletrônico (e-mail), bem como, dos dados bancários tais como: nome e número do Banco, agência e conta corrente do Licitante para fins de pagamento;

b) Qualificação completa do responsável pela assinatura do contrato, incluindo nome completo, números do CPF e da Carteira de Identidade, nacionalidade, estado civil, profissão, endereço pessoal completo e cargo na empresa;

c) Descrição detalhada do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência (**Anexo I**), indicando a marca do bem e/ou produto, quando for o caso;

d) Proposta de preços com indicação dos preços unitários e totais para cada um dos produtos/serviços a serem ofertados, em algarismo e por extenso, e valor global em algarismo e por extenso, em Real (R\$), com no máximo dois algarismos após a vírgula, já incluídos os lucros e todas as despesas incidentes, essenciais para o fornecimento do objeto desta licitação;

e) Prazo de validade da proposta não inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação;

f) Declaração de que o preço proposto inclui **todos** os custos diretos e indiretos, tais como: materiais, fornecimentos de certidões e documentos, equipamentos, mão-de-obra, encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, despesas administrativas, transportes, seguros, lucro, entre outros, em especial, custos relativos à atividades fora da Comarca sede da Contratante, como viagens, estadias, transportes, alimentação e outros que se fizerem necessários;

f.1) A inadimplência da Licitante/Contratada, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Estado do Pará, nem poderá onerar o objeto desta licitação, razão pela qual a Licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Administração Estadual;

f.2) Quaisquer tributos, despesas e custos omitidos ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, ainda que não tenham causado a desclassificação da proposta por preço inexequível. Nestes casos, a Administração não deferirá pedidos de acréscimo, devendo a Licitante vencedora fornecer o objeto contratado sem ônus adicionais.

g) Declaração de que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente.

13. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL

13.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico, na forma eletrônica.

13.1.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital de licitação perante a CODEC, o Licitante que não o fizer no prazo acima estipulado.

13.2. Caberá à Pregoeira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, **decidir**, motivadamente, sobre a impugnação no **prazo de até 3 (dias) úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame**.

13.3. Não serão reconhecidas as impugnações interpostas por outro meio que não o eletrônico, bem como as enviadas após os respectivos prazos legais.

13.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados à Pregoeira, na forma eletrônica, **até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública**.

13.5. Quaisquer dúvidas de caráter técnico, formal ou legal destes documentos de licitação serão dirimidas pela Pregoeira e sua Equipe de Apoio, que poderão solicitar auxílio aos demais setores da CODEC.

13.6. Os pedidos de esclarecimento e de impugnação devem ser encaminhados à Pregoeira, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail cpl@codec.pa.gov.br.

13.7. As impugnações, os pedidos de esclarecimentos e de providências não têm efeito suspensivo, salvo em caráter excepcional, quando deverá ser motivada pela Pregoeira, nos autos do processo de licitação

13.8. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta, será definida e publicada nova data para realização do certame, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

13.9. A decisão da impugnação ou esclarecimento prestado serão estendidos para os demais interessados através www.gov.br/compras, neste caso, ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pela Pregoeira.

13.10. No caso de ausência de solicitação, pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório sejam suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, qualquer reclamação posterior.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará, no que couber, o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. A falta de manifestação imediata da intenção de recorrer importará na decadência do direito ao recurso.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

14.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos intempestivamente, após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados por qualquer outro meio de comunicação.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Caberá à Pregoeira receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra suas decisões e à Autoridade Superior a decisão final sobre os recursos contra atos da Pregoeira.

14.11. A decisão da Pregoeira sobre o(s) Recurso(s) interposto(s) terá que ser motivada.

14.12. Havendo decisão final sobre o(s) Recurso(s) interposto(s) e constatada a regularidade dos atos praticados, o Presidente da CODEC adjudicará o objeto ao Licitante vencedor e homologará

o resultado da licitação para determinar a contratação.

14.13. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Gerência de Licitações da CODEC, localizada na Av. Nossa Senhora de Nazaré, nº 1297, bairro Nazaré, CEP: 66.035-145, Belém, Pará, no horário de 08h às 14h (horário local), de segunda a sexta-feira, ressalvadas as informações confidenciais ou protegidas por algum tipo de sigilo.

14.14. A Licitante que injustificadamente e sem fundamento, recorrer da decisão da Pregoeira quer através de recurso administrativo à Autoridade Superior, quer por ação judicial, fica ciente que em sendo seu pleito indeferido será acionada judicialmente a fim de reparar os danos causados à Administração Pública pela sua ação procrastinatória.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Após decisão de todos os recursos, ou na ausência de interposição, os itens serão encaminhados para adjudicação e homologação pelo Presidente da CODEC, autoridade homologadora do certame.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO VALOR ESTIMADO SIGILOSO

16.1. Os recursos financeiros necessários para atender as despesas decorrentes desta licitação constam do orçamento da CODEC, estando livres, não comprometidos e disponíveis na seguinte dotação orçamentária: Funcional Programática 700201.22.122.1297.8338; Elemento de Despesa: 449052; Elemento de Despesa: 339030; Fonte: 01501000061 e 02501000061.

16.2. Para a execução dos serviços objeto deste Edital, o valor estimado previamente pela CODEC será sigiloso até a Fase de Negociação, quando será divulgado aos participantes.

16.3. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

17. DO TERMO DE CONTRATO

17.1. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por contrato (**Anexo III**), que será assinado pelos representantes legais da CODEC e da Licitante vencedora.

17.2. A Licitante vencedora terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da ciência da convocação, para assinar o contrato, do qual fará parte integrante, independente de transcrição, o Edital, seus anexos, a proposta e demais documentos apresentados pela Licitante vencedora.

17.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, 01 (uma) vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CODEC.

17.3. As condições de habilitação consignadas neste Edital e seus anexos deverão ser mantidas pelo Licitante durante toda a vigência do contrato.

17.4. O Contrato resultante da presente licitação só terá validade depois de assinado pelo representante da CODEC e terá eficácia após a publicação, pela CODEC, do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Pará.

17.5. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se o Licitante vencedor mantém as condições de habilitação.

17.6. Quando o Licitante convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderão ser convocados os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação,

para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

18. DOS PRAZOS

18.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses consecutivos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período à critério das partes, nos termos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEC.

18.2. Os equipamentos de informática, deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias, a contar da entrega da nota de empenho, conforme especificação deste Termo de Referência, no endereço da Companhia, localizada na Avenida Nazaré, nº 1297, entre as Avenidas Generalíssimo Deodoro e 14 de março, bairro de Nazaré, CEP: 66.035-145, na cidade de Belém (PA), Brasil.

19. DOS SERVIÇOS DE GARANTIA

19.1. O Período de Garantia obedecerá ao disposto no item 7 – SERVIÇOS DE GARANTIA do Termo de Referência (Anexo I ao edital).

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será creditado em conta bancária indicada pela Contratada, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, atestada e visada pela unidade responsável pelo recebimento do material/equipamento, por meio de ordem bancária, devendo para isto ficar explícito o nome da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

20.1.1. O pagamento será realizado, preferencialmente, em C/C do Banco do Estado do Pará (BANPARÁ), em conformidade ao Decreto Estadual nº 877, de 31 de março de 2008.

20.1.2. A CODEC não se responsabilizará pelo pagamento de nenhum adicional decorrente de qualquer operação realizada junto à rede bancária, como por exemplo, taxas, multas, entre outros.

20.2. No tocante à Contratada estrangeira, a qual deve estar em funcionamento no país, sua proposta e o recebimento do pagamento serão em moeda nacional.

20.3. A Nota Fiscal/Fatura será protocolada na CODEC, a qual deverá ser apresentada em 02 (duas) vias, com todos os campos preenchidos, sem emendas ou rasuras, contendo a discriminação exata do objeto, valor e retenção dos impostos devidos, atestada pelo fiscal designado pela CODEC.

20.4. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à Contratada para as correções necessárias, não respondendo a CODEC por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

20.5. Antes de cada pagamento à Contratada, será verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital quanto à regularidade fiscal, que poderá ser realizada através de consulta ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF: regularidade fiscal federal (receita federal, FGTS, INSS, CNDT) e regularidade fiscal estadual/municipal (receita estadual e receita municipal).

20.5.1. Em havendo restrição quanto à regularidade fiscal e/ou trabalhista, o prazo constante no item anterior só começará a contar a partir da devida regularização.

20.5.2. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida para retificação e reapresentação, reiniciando-se o prazo previsto no item 20.1 a partir da sua reapresentação.

20.5.3. Observar-se-á ainda, se o CNPJ apresentado na Nota Fiscal é o mesmo constante dos documentos habilitatórios.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. A Licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantidos os direitos do contraditório e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a CODEC, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a prévia defesa, poderão ser aplicadas à Contratada as seguintes sanções:

21.2.1. Advertência;

21.2.2. Multa, na forma prevista no contrato;

21.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODEC, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

21.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CODEC ou cobrada judicialmente.

21.4. As sanções previstas nos subitens 21.2.1 e 21.2.3 poderão ser aplicadas com a multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

21.5. A sanção prevista no subitem 21.2.3, poderá também ser aplicada à Contratada que:

21.5.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.5.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.5.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CODEC, em virtude de atos ilícitos praticados.

21.6. A aplicação das penalidades aqui mencionadas respeitará em tudo as formalidades legais que regem esta licitação, em especial os procedimentos previstos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEC.

22. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

22.1. O contrato será controlado e fiscalizado com vistas a garantir o atendimento dos direitos e obrigações pactuados, assim como o cumprimento da legislação pertinente.

22.1.1. O contrato será acompanhado e fiscalizado por empregado da CODEC podendo ainda ser determinado, a critério exclusivo da CODEC, prestador técnico especializado que comprove a experiência necessária para esse fim.

22.1.2. A CODEC designará formalmente o Fiscal do contrato.

22.2. Em caso de descumprimento das obrigações contratuais, inclusive aquelas relacionadas ao cumprimento do Código de Ética, manutenção de sigilo e vedação à corrupção, o Fiscal do contrato deverá registrar a ocorrência e adotar as devidas providências, solicitando as correções por parte da Contratada, sem prejuízo da instauração de processo administrativo para eventual aplicação de sanções.

22.3. As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal serão solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas necessárias e convenientes.

22.4. É competência do Fiscal do contrato, dentre outras previstas no Manual de Fiscalização da CODEC:

22.4.1. Acompanhar e fiscalizar os aspectos administrativos do contrato, promovendo a plena execução das atividades programadas no Termo de Referência, em todo caso garantindo a execução do objeto contratual;

22.4.2. Observar o efetivo cumprimento das cláusulas contratuais, assegurando o adimplemento e a excelência no atendimento aos requisitos técnicos e de qualidade nas obrigações contratuais;

22.4.3. Avaliar a qualidade dos serviços realizados e dos produtos entregues, de acordo com os critérios definidos no Termo de Referência ou no contrato celebrado;

22.4.4. Assegurar a correta aplicação dos recursos financeiros a cargo da CODEC;

22.4.5. Emitir o termo de recebimento provisório ou definitivo do objeto do contrato;

22.4.6. Receber documentos relativos ao contrato, respondendo ou encaminhando à autoridade competente para as providências cabíveis;

22.4.7. Elaborar o Relatório de Fiscalização Administrativa referente ao período de prestação do serviço, quando solicitado;

22.4.8. Encaminhar ao Diretor da área demandante a documentação pertinente para formalização dos procedimentos que envolvam prorrogação, alteração, pagamento, reajuste, repactuação, reequilíbrio, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

22.4.9. Registrar as faltas cometidas pela Contratada, acompanhando a correção e a readequação das mesmas quanto à documentação e outros aspectos administrativos do contrato;

a) O Fiscal emitirá relatório com todas as ocorrências e deficiências porventura existentes na prestação dos serviços e encaminhará a cópia ao Gabinete para a imediata correção das irregularidades apontadas.

22.4.10. Comunicar ao Diretor responsável as situações que exigirem decisões e providências definitivas;

22.4.11. Efetuar glosas de medições por serviços e produtos inadequados ou mal executados, provocando a instauração de processo administrativo com o objetivo de apurar responsabilidade ou prejuízo resultante de erro ou vício na execução do contrato ou de promover alteração contratual, especialmente no caso de solução adotada em projeto inadequado, desatualizado tecnologicamente ou inapropriado ao local específico;

22.4.12. Identificar a necessidade de modificar ou adequar a forma de execução do objeto contratado; e,

22.4.13. Atestar a plena execução do objeto contratado.

22.5. Caberá ainda ao Fiscal do contrato, notificar a Contratada, por escrito, pela ocorrência de eventuais imperfeições na execução do serviço, fixando prazo razoável para sua correção.

22.6. A ação de fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Nenhuma indenização será devida às Licitantes por apresentarem a documentação de habilitação e/ou elaborarem proposta de preço relativa ao presente Edital.

23.2. As empresas Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, das propostas e dos documentos apresentados em qualquer época ou fase da licitação.

23.3. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no art. 81, § 1º, da Lei nº 13.303/2016.

23.4. O Presidente da CODEC poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, nos termos do art. 62 da Lei nº 13.303/2016.

23.5. Todos os prazos estabelecidos neste Edital, salvo os expressos em contrário, serão contados de forma consecutiva, excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento.

23.6. As ambiguidades e os casos omissos do presente Edital serão resolvidos pela Pregoeira com auxílio da Equipe de Apoio, observando-se rigorosamente a legislação vigente.

23.7. O Foro da Justiça Estadual da Comarca de Belém é o competente para dirimir as questões e controvérsias decorrentes desta licitação, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

23.8. Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica a aceitação plena das condições estipuladas neste Edital, decaindo o direito de impugnar os seus termos a Licitante que, tendo-o aceito sem objeção vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o viciem.

23.9. A Pregoeira, com auxílio da Equipe de Apoio, prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, de 08:00 às 14:00 horas, na Av. Nossa Senhora de Nazaré, nº 1297, bairro de Nazaré, CEP: 66.035-145, Belém, Pará, ou pelo telefone: (91) 3251.7000 (ramal 7017) ou, ainda, pelo e-mail: cpl@codec.pa.gov.br.

Belém (PA), 03 de junho de 2026.

LUTFALA DE CASTRO BITAR
Presidente da CODEC

Jacelis Cristine Aguiar Borges
Pregoeira

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição de **Equipamentos de Informática** para atender as necessidades da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará - CODEC, tudo em conformidade com os critérios previstos neste termo de referência.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação se justifica para:

2.1.1. Atender e equipar a Companhia com novos e mais eficientes equipamentos de informática, a fim de melhorar o desempenho nas atividades diárias dos colaboradores, sobretudo em razão dos avanços experimentados nos diversos sistemas do governo do Estado e aplicações de sistemas financeiros e de gestão de pessoas.

2.1.2. A contratação, também, tem foco na economicidade, mediante o aproveitamento de parte dos equipamentos existentes, pretende-se adquirir peças de reposição para dar mais longevidade para os equipamentos existentes na CODEC, pois muitos deles ainda possuem condições de ajudar os usuários nas tarefas diárias, isto é, se forem incorporadas peças de qualidades e de forma adequada para o funcionando correto desses equipamentos em questão.

2.1.3. Além disso, em estudo realizado que resultou no Relatório Técnico sobre a situação dos equipamentos de informática em uso da Companhia demonstrou que esses bens, em sua grande maioria, são considerados defasados, adquiridos entre 2009 e 2023.

3. DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

3.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1.1. Segue abaixo as especificações técnicas dos equipamentos de informática para aquisição:

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA				
ITEM	DESCRIÇÃO	MODELO DE REFERÊNCIA	QTD	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS
1	DESKTOP	Desktop com 10 Núcleos Físico, 16 N° de Threads, 16 GB Ram, SSD 512 GB - Equivalente ou Superior ao Desktop Lenovo Thinkcentre Neo 50s Gen 5 Core i5-14400 16GB 512GB	10	<ul style="list-style-type: none"> • Núcleos Físico: 10 (6P + 4E); • Números de Threads: 16; • Frequência: 2,50 GHz até 4.70 GHz; • Cache L2: 20 Mb; • Chipset: Intel B760 Chipset; • Memória Ram: 16 GB (DDR5 - 4.800MHz); • Placa de Vídeo (GPU): Intel UHD Graphics 730; • Armazenamento: 512 GB SSD M.2 2280 PCIe Gen 4x04 TLC Opal; • Conexões: Frontais: 1x USB-C (USB 5Gbps / USB 3.2 Gen 1), com carregamento de 15W 2x USB-A (USB 5Gbps / USB 3.2 Gen 1) 1x Conector combo fone/microfone (3.5mm) 1x Microfone (3.5mm) Traseiras: 4x USB-A (Hi-Speed USB / USB 2.0), um com Smart Power On 1x HDMI 2.1 TMDS 1x DisplayPort 1.4 1x VGA 1x Ethernet (RJ-45) 1x Saída de áudio (3.5mm); • Wi-Fi/WLAN: Intel Wi-Fi 6E AX211, 802.11ax 2x2; • Bluetooth: Bluetooth 5.3; • Teclado do fabricante: Layout ABNT2 USB; • Mouse do fabricante: Óptico 1.000 DPI USB.
2	MONITOR TIPO 1	Monitor LED 24" FullHD IPS 100Hz HDMI - Equivalente ou Superior ao Monitor LED LG 24MS500-B, 24 IPS 100Hz Full HD HDMI	18	<ul style="list-style-type: none"> • Tamanho da Tela: 24"; • Tipo de Painel: IPS; • Curvatura da Tela: Plano; • Brilho (típico): 250 cd/m²; • Contraste Estático: 1000:1; • Resolução: 1,920 x 1,080; • Proporção de Tela: 16:09; • Tempo de Resposta: 5 ms; • Taxa de Atualização: Max 75Hz; • Ângulo de Visão (Horizontal / Vertical) 178°/178°; • Suporte de Cores: Max 16.7M; • 1x D-Sub; • 1x HDMI 1.4; • Com cabo HDMI incluso.
3	MONITOR TIPO 2	Monitor LED 27" FullHD IPS 100Hz HDMI - Equivalente ou Superior ao Monitor LED LG 27MS500-B, 27 IPS 100Hz Full HD HDMI	6	<ul style="list-style-type: none"> • Tamanho da Tela: 27"; • Tipo de Painel: IPS; • Curvatura da Tela: Plano; • Brilho (típico): 250 cd/m²; • Contraste Estático: 1000:1; • Resolução: 1,920 x 1,080;

				<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de Tela: 16:09; • Tempo de Resposta: 5 ms; • Taxa de Atualização: Max 75Hz; • Ângulo de Visão (Horizontal / Vertical): 178°/178°; • Suporte de Cores: Max 16.7M; • 1x D-Sub; • 1x HDMI 1.4; • Com cabo HDMI incluso.
4	NOTEBOOK TIPO 1	Notebook 15.6” com 6 Núcleos Físico, 8 N° de Threads, 10 Mb Cache L2, 8 GB Ram 256 SSD - Equivalente ou Superior ao Notebook HP 256R G9 Intel Core i5 1334U 8GB RAM 256GB SSD	2	<ul style="list-style-type: none"> • Tamanho de tela vertical: 15,6 Polegadas; • Resolução da tela: 1366X768 pixels; • Processador: 13ª geração; • Número de núcleos físico: 6; • Total de threads: 8 Threads; • Cache: 10MB; • Frequência: 3.3 a 4.5GHz; • Memória RAM: 8GB DDR4 3200MT/s; expansível até 32GB (2 slots soDIMM); • Armazenamento: SSD de 512GB PCIe NVMe M.2; • Descrição da placa de vídeo: Dedicado; • Portas: Leitor de cartão SD 1 porta USB 2.0 1 Conector de áudio 1 porta HDMI 1.4 1 porta USB 3.2 Type-A de 1ª geração 1 porta USB 3.2 Type-CTM de 1ª geração (somente dados) Leitor de cartão SD; • Webcam HD integrada (720p); • Sistema Operacional: Windows 11 Pro em Português (Brasil).
5	NOTEBOOK TIPO 2	Notebook 14” Touch Screen Full HD com 10 Núcleos Físico, 12 N° de Threads, 12 Mb Cache L2, 16 GB Ram 1 TB SSD - Equivalente ou Superior ao Notebook 2 Em 1 Dell Inspiron 14 Pol FHD Touch Intel Core 7 16gb 1TB SSD	1	<ul style="list-style-type: none"> • Tamanho de tela vertical: 14 Polegadas; • Tela Touch Screen; • Formato 2 em 1; • Resolução da tela: 1920x1080 pixels (FullHD); • Processador: 10-core, cache de 12MB, até 5.4GHz; • Número de núcleos físico: 10; • Total de threads: 12 Threads; • Cache: 12 MB; • Frequência: 3.7 a 5.4 GHz; • Memória RAM: 16GB DDR5 (2x8GB) 5200MT/s (2 slots soDIMM); • Armazenamento: SSD de 1 TB PCIe NVMe M.2; • Descrição da placa de vídeo: Intel Iris Xe Graphics; • Portas: leitor de cartão sd 1 porta usb 2.0 1 conector de áudio 1 porta hdmi 1.4 1 porta usb 3.2 type-a de 1ª geração 1 porta usb 3.2 type-c de 1ª geração (somente dados) leitor de cartão sd; • Webcam FHD (1080p) integrada; • Sistema Operacional: Windows 11 Pro em Português (Brasil).

6	TABLET	Tablet 5G, 512GB, 12GB RAM 11 Pol com Capa teclado - Equivalente ou Superior ao Tablet Samsung Galaxy Tab S11 Wifi, 256GB, 12GB RAM 11 Pol	6	<ul style="list-style-type: none"> • Módulo de Memória RAM: 12 Gb; • Processador: Octa-core de 3,73GHz; • Memória Interna: 256 Gb; • Tamanho (tela principal): 11" • Tecnologia (tela principal): dynamic amoled 2x • Resolução (tela principal): 2560 x 1600 (wqxxga); • Profundidade de cor (tela principal): 16m • Dimensões (axlxxp, mm): 165.3 x 253.8 x 5.5 • Velocidade do processador: 3.73ghz, 3.3ghz, 2.4ghz; • Resolução - câmera traseira: 13.0 mp; • Resolução - câmera frontal: 12.0 mp; • Resolução - gravação de vídeos: uhd 4k (3840 x 2160) 30fps; • Foco automático - câmera traseira: sim; • Flash - câmera traseira: sim; • Suporte ao cartão de memória: microsd (até 2tb) capacidade da bateria (mah, typical): 8400 mah; • Wi-fi: sim; • Versão de bluetooth: bluetooth v5.4; • resolução de reprodução de vídeo: uhd 8k (7680 x 4320) 60fps; • Sistema operacional: android 16.0; • Acessórios incluídos: tablet, s-pen, capa teclado, pino ejetor para bandeja de cartão microsd, cabo usb-c, carregador de parede (25w).
7	SUPORTE PARA MONITOR	Suporte para 2 Monitores Articulado de 17 a 32 Pol - Equivalente ou Superior ao Suporte Articulado para Dois Monitores 17 à 32 Pol Fortrek	30	<ul style="list-style-type: none"> • Materiais: Aço Laminado a Frio (SPCC); • Rotação Lateral: 90°; • Rotação: 360°; • Vesa: 75x75 100x100; • Tamanho de Tela: 14" a 32"; • Peso Máx.: 10Kg por Monitor; • Extras: Organizador de Cabos; • Ângulo de Inclinação: +70° a -45°.
8	HEADSET	Headphone sem fio c/ microfone - Equivalente ou superior ao Headphone Sem Fio JBL Tune 520BT, Bluetooth, com Microfone	20	<ul style="list-style-type: none"> • Versão do Bluetooth: 5.3; • Bluetooth: Sim; • Chamada Sem Utilizar as Mãos: Sim; • Charging cable: Sim; • Dobráveis: Sim; • Microfone integrado: Sim; • Conexão Multi-Point: Sim; • Voice Aware: Sim; • Carregamento rápido: Sim; • Faixa de frequência do emissor bluetooth: 2.4 GHz – 2.4835 GHz; • Potência de emissão de bluetooth: 6 dBm (E.I.R.P.); • Resposta de Frequência Dinâmica: 20 Hz – 20 kHz; • Impedância de entrada (ohms): 30; • Tempo de carregamento (h): 2.

9	WEBCAM	Webcam FullHD 1080p, USB - Equivalente ou superior a Webcam Logitech C920e, Full HD, 1080p, USB	5	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução máxima: 1080p/30qps - 720p/30qps; • Tipo de foco: foco automático; • Videochamada Full HD de 1080p (até 1920 x 1080 pixels); • Videochamada HD de 720p (até 1280 x 720 pixels); • Gravação de vídeo em Full HD (até 1920 x 1080 pixels); • Tecnologia de lente: Vidro Full HD; • Microfone embutido: estéreo; • FoV: 78°; • Clipe universal pronto para tripés que se ajusta a monitores de laptop ou LCD; • Comprimento do cabo: 1,5 m; • Tampa de proteção de privacidade.
10	SCANNER	Scanner ADF A3 300dpi, USB - Equivalente ou superior a Scanner Fujitsu SV600, Scan snap, A3, 300dpi, USB	1	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de scanner: Sistema suspenso, digitalização simplex; • Modos de digitalização: Colorido, escala de cinza, preto e branco, Automático (colorido, escala de cinza, detecção monocromática); • Sensor de imagem: Redução de lente óptica / CCD colorido x1; • Fonte de luz: (LED branco+ iluminação da lente) x 2; • Resolução ótica: Digitalização horizontal: 285 a 218 dpi, digitalização vertical: 283 a 152 dpi; • Modo automático: "Modo Bom" ou "Modo Ótimo": 3 segundos / página; • Modo Normal: Colorido/Escala de cinza: 150 dpi, Preto e branco: 300 dpi 3 segundos / página; • Modo Bom: Colorido/Escala de cinza: 200 dpi, Preto e branco: 400 dpi 3 segundos / página; • Modo ótimo: Colorido/Escala de cinza: 300 dpi, Preto e branco: 600 dpi 3 segundos / página; • Modo Excelente: Colorido/Escala de cinza: 600 dpi, Preto e branco: 1.200 dpi 3 segundos / página; • Reconhece automaticamente o tamanho do documento, A3 (paisagem), A4 (paisagem), A5 (paisagem), A6 (paisagem), B4 (paisagem), B5 (paisagem), B6 (paisagem), Cartão postal, Cartão de visita, Duplo carta (paisagem), Carta, Ofício (paisagem) e tamanho personalizado (Máx: 432 x 300 mm, mín.: 25,4 x 25,4 mm); • Digitalização normal: Pressione o botão "Digitalização" para cada página • Digitalização do temporizador (Digitalização por intervalo temporizado); • Detecção do folheamento da página; • USB 2.0 / USB 1.1 (conector: Tipo B).

11	FURADEIRA PARAFUSADEIRA	Furadeira Parafusadeira com 103 Peças - Equivalente ou Superior a Parafusadeira Furadeira de Impacto 103 Peças Bosch	1	<ul style="list-style-type: none"> • É sem fio: Sim • Com função percutor: Sim • Tamanho do mandril: 10 mm • Velocidade máxima de rotação: 1650 rpm • Com função parafusadeira: Sim • Frequência: 50/60Hz; • Tamanho do mandril: 10 mm; • Batidas por minuto: 24000; • É sem fio: Sim; • É de empunhadura tipo espada: Sim; • É angular: Não; • Torque máximo: 56 Nm; • Com luz LED: Sim; • Número de Peças: 103; • Capacidade máxima de perfuração em madeira: 35 mm; • Capacidade máxima de perfuração em metal: 10 mm; • Tipos de alimentação: Bateria; • Com empunhadura soft grip: Sim; • Tipo de tecnologia do motor: Com escovas; • Com botão de bloqueio: Sim; • Com função parafusadeira: Sim; • Com função percutor: Sim; • Com função reversa: Sim; • Com controle de torque: Sim; • Outros acessórios incluídos: 1 bateria, Carregador, • Kit Brocas e Bits 103 Peças, Maleta.
12	GABINETE DE COMPUTADOR	Gabinete para desktop ATX - Equivalente ou Superior ao Gabinete Gamer Corsair 3500X, Mid Tower	2	<ul style="list-style-type: none"> • Frente: Não, Parte superior: 3 de 120mm, 2 de 140mm, Lateral: 3 de 120mm, 2 de 140mm, Parte inferior: 3 de 120mm; 1 de 140mm, Parte traseira: 1 de 120mm; • Compatibilidade do radiador: Frente: Não, Parte superior: 360mm, 280mm, 240mm, Lateral: 360mm, 280mm, 240mm, Parte inferior: 120mm, Parte traseira: 120mm; • Slots de expansão (sistema principal): 7 horizontais (ou 4 verticais); • Mini-ITX, Micro-ATX, ATX, E-ATX (305mm x 277mm); • Armazenamento: 2 SSDs de 2,5 pol, 2 HDDs de 3,5 pol; • Fonte de alimentação: 180mm; • Cooler de CPU: 170mm; • GPU: 410mm; • Filtros de poeira: Parte superior, inferior, lateral; • E/S do painel frontal: 2 USB 3.2 de 1a ger. Tipo A, 1 USB 3.2 de 2a ger. Tipo C, 1 entrada para fones de ouvido/microfone; • Compatibilidade com fonte de alimentação: ATX.

13	APRESENTADOR DE SLIDE	Apresentador sem fio cm conexão USB e Bluetooth - Equivalente ou Superior ao Apresentador sem fio Logitech Spotlight com Conexão USB e Bluetooth	1	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de conexão: Bluetooth e conexão sem fio de 2.4GHz; • Alcance sem fio: 30 m; • Indicadores luminosos (LED): LED de conectividade e bateria; • Detalhes da bateria: Polímero de lítio recarregável, 85mAh; • Duração da bateria (recarregável): 3 meses; • Comprimento do cabo: 140 mm; • Sensor: Acelerômetro 3D e giroscópio; • Tecnologia do sensor: Sensor de movimento; • Com ponteiro laser: Sim.
14	HUB USB	Hub Usb C 5 em 1 com HDMI - Equivalente ou Superior ao Adaptador Hub Ugreen 5 em 1 USB Tipo C com HDMI	1	<ul style="list-style-type: none"> • Conector de Entrada: USB-C macho; • Portas de Saída: 1x HDMI (4K @30Hz); • Portas de Saída: 1x USB 3.0; • Portas de Saída: 2x USB 2.0; • Portas de Saída: 1x USB-C PD; • Padrões de USB: USB 3.0 / 2.0 / PD 3.0; • Potência Máxima: até 100W (20V / 5A); • Chipset Interno: VL817 + PS176; • Compatibilidade de Vídeo: HDMI 1.4 / HDCP 1.4 / 2.2; • Funcionalidades: Suporte a vídeo 4K @30Hz via HDMI; • Funcionalidades: Transferência simultânea de dados e carregamento PD; • Funcionalidades: Porta USB 3.0 com até 5 Gbps de Velocidade; • Funcionalidades: Portas USB 2.0 para periféricos.
15	ADAPTADOR TIPO 1	Adaptador Ethernet Rj45 Usb 3.0 1000 Mbps - Equivalente ou Superior ao Adaptador Ethernet Rj45 Usb 3.0 1000Mbps Ugreen	2	<ul style="list-style-type: none"> • Interface: Conector USB 3.0; • Taxa de Transmissão: Até 1000 Mbps; • Porta de saída: RJ45 Gigabit; • Velocidade: até 5 Gbps; • Comprimento do cabo: Aprox. 15 cm;

16	ADAPTADOR TIPO 2	Adaptador Usb Bluetooth 5.4 - Equivalente ou superior ao Adaptador Usb Bluetooth 5.4 Ugreen	20	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de antena: Omnidirecional; • Versão do Bluetooth: 5.4; • Alcance máximo de transmissão: 20 m; • Velocidade máxima de transmissão: 2,48 MB; • Frequência: 2400MHz – 2483.5MHz; • Ganho: 4 dB; • Polarização: Linear/Circular; • Gênero do conector: Macho; • Velocidade de até 50Mb/s; • Interface do hardware: USB.
17	ADAPTADOR TIPO 3	Adaptador PWN/ARGB 6 entradas para ventiladores - Equivalente ou superior ao Adaptador de Ventilador ASUS TUF Gaming ARGB PWM	1	<ul style="list-style-type: none"> • Suporte para 6 ventiladores: Conecte até seis ventiladores ARGB simultaneamente no hub; • Ventilador PWM e conexão RGB para sincronização perfeita de efeitos de resfriamento e iluminação; • Indicadores visíveis de energia e operação para facilitar a verificação de status; • Montagem magnética simples para fácil fixação à superfície metálica da capa; • Conectores de alimentação SATA duplos para entrada estável sob carga total; • Dois fusíveis de segurança para proteção contra sobrecorrente.
18	SSD TIPO 1	SSD 512 GB Nvme M.2 2280 PCIe 3.0x4 - Equivalente ou Superior ao SSD Adata Legend 710, 512 GB, M.2 2280 PCIe GEN3x4, NVMe	5	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade: 512 GB; • Interface: PCIe Gen3x4; • Fator de forma: M.2 2280; • Flash NAND: NAND 3D; • Controlador: RTS5766DL; • Protocolo: NVMe 1.0; • Temperatura de operação: 0°C - 70°C; • Temperatura de armazenamento: -40°C - 85°C; • MTBF: 1.500.000 horas; • Terabytes escritos (TBW): 520TB; • Leitura Sequencial (Máx.): Até 2400 MB/s; • Gravação Sequencial (Máx.): Até 1800 MB/s; • IOPS de leitura aleatória de 4 KB (máx.): Até 200K; • IOPS de gravação aleatória de 4 KB (máx.): Até 150K.
19	SSD TIPO 2	SSD 2TB Nvme M.2 2280 PCIe 5.0x4 - Equivalente ou Superior ao SSD Samsung 9100 Pro 2TB, M.2 2280, PCIe 5.0x4 NVMe	2	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade: 2 TB; • Interface: PCI-Express 5.0 x4; • Fator de Forma: M.2 2280; • Leitura sequencial máxima: Até 14.800 MBps; • Gravação sequencial máxima: Até 13.400 MBps; • Leitura aleatória de 4 KB: Até 2.200.000 IOPS; • Gravação aleatória de 4 KB: Até 2.600.000 IOPS; • Componentes de memória: V NAND TLC (V8); • Protocolo: NVMe 2.0; • Hideout: 4 GB LPDDR4X; • Criptografia: Classe 0 (AES 256), TCG/Opal v2.0, MS eDrive (IEEE1667); • Terabytes gravados (TBW): 2400 TB.

20	MEMORIA RAM TIPO 1	Memória Ram de 16GB DDR4 2666 Mhz p/ Desktop - Equivalente ou Superior a Memória RAM Corsair Vengeance LPX, 16GB, 2666 MHz, DDR4 p/ Desktop	8	<ul style="list-style-type: none"> • Tamanho da memória: 16GB (1x16GB); • Tipo de memória: DDR4; • Velocidade da memória: 2.400MHz; • Latência: CL16; • Tensão: 1.2V; • Fator de forma: UDIMM; • Com dissipador de calor: Sim; • Compatibilidade: Desktop.
21	MEMORIA RAM TIPO 2	Kit Memória Ram de 32GB (2x16GB) DDR5 6.000 Mhz CL36 p/ Desktop - Equivalente ou Superior ao Kit Memória RAM Corsair Dominator Platinum, RGB, 32GB (2x16GB) DDR5, 6000MHz CL36 p/ Desktop	1	<ul style="list-style-type: none"> • Tamanho da memória: 32 GB (2x16GB); • Tipo de memória: DDR5; • Velocidade da memória: 6.000MHz; • Latência: CL36; • Tensão: 1.4V; • Fator de forma: DIMM; • Com dissipador de calor: Sim; • Iluminação RGB: Sim; • É Kit: Sim; • Módulos de memória RAM: 2; • Intel XMP 3.0; • PMIC: Overclock PMIC; • Compatibilidade: Desktop.
22	PROCESSADOR TIPO 1	Processador 16 núcleos, 32 threads, 3.3 Ghz, Cache 64 MB - Equivalente ou Superior ao Processador AMD Ryzen 9 5900XT, 3,3 GHz (4.8 GHz), Cache 64MB	1	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitetura: Zen 3; • Nº de núcleos de CPU: 16; • Multithreading (SMT): Sim; • Nº de threads: 32; • Aumento de clock máx.: Até 4.8 GHz; • Clock básico: 3.3 GHz; • Cache L1: 1024 KB; • Cache L2: 8 MB; • Cache L3: 64 MB; • TDP padrão: 105W; • Tecnologia de processador para núcleos de CPU: TSMC 7nm FinFET; • Tecnologia de processador para I/O Die: 12nm (Globalfoundries); • Tamanho da CPU de computação Die (CCD): 74mm²; • Tamanho da matriz de I/O Die: 125mm²; • Contagem do pacote Die: 3; • Desbloqueado para overclocking: Sim; • Soquete da CPU: AM4; • Supporting Chipsets: X570, B550, A520, X470, B450.

23	PROCESSADOR TIPO 2	Processador 8 núcleos, 16 threads, 5.2 Ghz, Cache 104 MB - Equivalente ou Superior ao Processador AMD Ryzen 7 9800X3D, Cache 104MB, 8 Núcleos, 16 Threads, 5,2 Ghz	1	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitetura: Zen 5; • Soquete da CPU: AM5; • N° de núcleos de CPU: 8; • N° de threads: 16; • Multithreading (SMT): Sim; • Máx. Boost Clock: Até 5,2 GHz • Relógio base: 4,7 GHz; • Cache L1: 640 KB; • Cache L2: 8 MB; • Cache L3: 96 MB; • TDP padrão: 120 W; • Tecnologia de Processador para Núcleos de CPU: TSMC 4nm FinFET; • Tecnologia de Processador para E/S Die: TSMC 6nm FinFET; • Contagem de matrizes de pacotes: 2; • Desbloqueado para overclocking: Sim; • Tecnologia de overclock de memória AMD EXPO™: Sim; • Overdrive de reforço de precisão: Sim; • Deslocamentos de tensão do otimizador de curva: Sim; • Suporte AMD Ryzen™ Master: Sim; • Chipsets de suporte: A620, X670E, X670, B650E, B650, X870E, X870, B840, B850; • Tecnologia CPU Boost: Aumento de Precisão 2; • Conjunto de instruções: x86-64; • Extensões suportadas: AES, AMD-V, AVX, AVX2, AVX512, FMA3, MMX-plus, SHA, SSE, SSE2, SSE3, SSE4.1, SSE4.2, SSE4A, SSSE3, x86-64.
24	PLACA MÃE TIPO 1	Placa Mãe Socket LGA 1151, DDR4 M-ATX HDMI - Equivalente ou Superior a Placa Mãe Intel B250 LGA 1151 DDR4 M-ATX HDMI	4	<ul style="list-style-type: none"> • Design: Micro-ATX (21x17cm); • CPU: Processadores intel core i7/ core i5 / core i3 / intel pentium / Celeron • Suporte as seguintes gerações Intel: 6º, 7º, 8º e 9º; • Chipset: Intel b250 express chipset; • Memória: 2x soquetes x ddr4 dimm que suportam até 32 gb de memória do sistema dual channel 2133/2400/2666mhz; • Armazenamento: 4x conectores sata 3.0 6gbps; • Rede: suporte de lan: 100/1000mbps; • Audio: codec de áudio hd de 6 canais integrado; • Interface de áudio frontal; • Interface de microfone estéreo frontal; • Composição: termoplásticos, metais, fibras de vidro e circuito eletrônico; • 1x slot pci express x16 rodando em x16; • 1x slots pci express x1; • 1x conector nvme-m.2; • 1x porta vga; • 1x porta hdmi; • 1x porta dviinterfaces onboard; • 1x conector atx de 24 pinos; • 1x conector atx 12v de 8 pinos;

				<ul style="list-style-type: none"> • 1x conector usb 2.0 (suporta 2 portas usb 2.0); • 1x conector usb 3.0 (suporta 2 portas usb 3.0); • 1x conector f_audio/f_panel/speaker; • 2x conectores fan; • 4x portas de conexão serial sata/6gb/s.
25	PLACA MÃE TIPO 2	Placa Mãe Socket AM4, DDR4 AMD - Equivalente ou Superior a Placa Mãe ASUS TUF GAMING B550M-Plus AMD	3	<ul style="list-style-type: none"> • AMD Socket AM4; • AMD B550; • Processador AMD Ryzen™ de 3ª Geração; • Memória 4 x DIMM, máximo de 128GB, DDR4 4600(O.C.)/4400(O.C.)/4266(O.C.)/4133(O.C.)/4000(O.C.)/3866(O.C.)/3733(O.C.)/3600(O.C.)/3466(O.C.)/3333(O.C.)/3200/3000/2800/2666/2400/2133 MHz Un-buffered; • Arquitetura de memória: Dual Channel; • 3rd Gen AMD Ryzen™ with Radeon™ Graphics Processors; • 1 x DisplayPort 1.2; • 1 x HDMI 2.1(4K@60HZ); • Suporta Tecnologia AMD 2-Way CrossFireX; • 1 x PCIe 4.0 x16 (modo x16); • 1 x PCIe 3.0 x16 (modo x16); • 1 x PCIe 3.0 x16 (modo x4); • 1 x PCIe 3.0 x1; • Suporta no total 2x slot(s) M.2 e 4x portas SATA 6Gb/s; • Processador AMD Ryzen™ de 3ª Geração: 1 x M.2_1 socket 3, com M Key, suporta dispositivos de armazenamento no formato 2242/2260/2280(modos PCIE 4.0 x4 & SATA); • 3rd Gen AMD Ryzen™ with Radeon™ Graphics Processors: 1 x M.2_1 socket 3, com M Key, suporta dispositivos de armazenamento no formato 2242/2260/2280 (modos PCIE 3.0 x4 & SATA); • 1 x M.2_2 sockets 3, com M Key, suporta dispositivos de armazenamento no formato 2242/2260/2280/22110 (PCIE 3.0 x4 & modo SATA); • 4 x Porta(s) SATA 6Gb/s, Suporta Raid 0, 1, 10; • Realtek RTL8125B 2.5Gb Ethernet.
26	PLACA MÃE TIPO 3	Placa Mãe Socket AMD AM5, WIFI 7, DDR5 - Equivalente ou Superior a Placa-Mãe ASUS TUF GAMING X870- PLUS WIFI 7, AMD AM5	1	<ul style="list-style-type: none"> • Socket: AM5; • Chipset: AMD X870; • Suporte de Processadores: AMD Série 7000, 8000 e 9000; • 4 slots DIMM, máximo de 192GB, DDR5 Suporta até 8000+MT/s (OC) com Processadores Ryzen das Séries 9000, 8000 e 7000. DIMM ECC e Non-ECC, Un-buffered* Arquitetura de memória dual channel Suporta AMD Extended Profiles for Overclocking (EXPO); • Gráficos: 1 porta HDMI 2 portas USB4 (40Gbps) suportando saídas de vídeo USB Tipo C; • Slots de Expansão: Processadores AMD Ryzen das Séries 9000 e 7000* 1 slot PCIe 5.0 x16 (suporta modo x16); • Armazenamento: Total Suportado: 4 slots M.2 e 2 portas SATA 6Gb/s;

			<ul style="list-style-type: none"> Processadores AMD Ryzen das Séries 9000 e 7000: Slot M.2_1 (Chave M), tipo 2280 (suporta modo PCIe 5.0 x4) Slot M.2_2 (Chave M), tipo 2280 (suporta modo PCIe 5.0 x4); Portas USB Frontais (Total 7): 1 conector USB 20Gbps (suporta USB Type-C com até 30W de carregamento rápido) 1 header USB 5Gbps suporta 2 portas USB 5Gbps adicionais 2 headers USB 2.0 suportam 4 portas USB 2.0 adicionais; Portas I/O no painel Traseiro: 2 portas USB4 (40Gbps) (2 x USB Type-C) 3 portas USB 10Gbps (3 x Type-A) 4 portas USB 5Gbps (4 x Type-A) 1 porta USB 2.0 (1 x Type-A) 1 porta HDMI 1 módulo Wi-Fi 1 porta Ethernet Realtek 2.5Gb 5 conectores de áudio 1 botão BIOS FlashBack; Relacionado a Ventoinhas e Refrigeração: 1 header de Ventoinha da CPU de 4 pinos 1 header de Ventoinha OPT da CPU de 4 pinos 1 header de Bomba AIO de 4 pinos 4 headers de Ventoinha de gabinete de 4 pinos 1 header W_PUMP+; Rede: 1 x Ethernet Realtek 2,5 Gb TUF LANGuard; Sem fio e Bluetooth: Wi-Fi 7* Wi-Fi 7 2x2 (802.11be) Suporta bandas de frequência 2.4/5/6GHz** Suporta largura de banda Wi-Fi 7 160MHz, até 2.9Gbps de taxa de transferência. Bluetooth v5.4; Portas USB Traseiras (Total 10) 2 portas USB4 (40Gbps) (2 x USB Type-C) 3 portas USB 10Gbps (3 x Type-A) 4 portas USB 5Gbps (4 x Type-A) 1 porta USB 2.0 (1 x Type-A); Relacionado a Armazenamento: 4 slots M.2 (Chave M) 2 portas SATA 6Gb/s.
27	PLACA DE VIDEO	Placa de Vídeo de 16GB e 256 Bits - Equivalente ou Superior a Placa de Vídeo ASUS TUF RTX 5070 Ti 16G GAMING NVIDIA Geforce	2 <ul style="list-style-type: none"> Interface com a placa mãe: PCIe 5.0 x16; Tipo de memória: GDDR7; Memory Bus: 256 bits; Quantidade de memória: 16 GB; Bandwidth: 896.0 GB/s; Directx: 12 ultimate (12-2); Opengl: 4.6; Opencl: 3.0; Vulkan: 1.4; Cuda: 12.0; Shader Model: 6.8; Resolução máxima: 7680 x 4320; Base Clock: 2295 mhz; Boost Clock: 2588 mhz; OC Clock: 2610 mhz; Memory Clock: 1750 mhz 28 GBPS EFFECTIVE; Shading Units: 8960; Tmus: 280; Rops: 96; Sm Count: 70; Tensor Cores: 280; RT Cores: 70; L1 Cache: 128 kb (per sm); L2 Cache: 48 mb;

				<ul style="list-style-type: none"> • FP32 (float) performance: 46.38 tflops; • Saídas: 2x hdmi 2.1b e 3x displayport 2.1b; • Permite monitores simultâneos: 4; • Conectores de energia: 1x 16-pin; • Fonte sugerida: 850 W.
28	FONTE DE ALIMENTAÇÃO TIPO 1	Fonte de Alimentação 400W 80 Plus White PFC Ativo - Equivalente ou Superior a Fonte Gamer ATX Aerocool KCAS 400W 80 Plus White	8	<ul style="list-style-type: none"> • Potência: 400W; • Pinos: 1x Placa-mãe 20+4 / 1x CPU 4+4 / 1x PCIe / 6x Sata / 3x Pata; • Tensão Entrada: 115~230VAC 6-3A 47~63Hz; • Tensão Saída: +3.3V / +5V / +12V / -12V / 5VSB; • Corrente: 20A / 20A / 30A / 0.4A / 2.5A; • Ventiladores: 12cm; • Dimensões: 150 x 86 x 140mm; • Compatível com ATX12V Ver.2.3; • PFC Ativo; • Certificado 80 Plus garantindo 80% da eficiência da fonte; • 80 Plus White; • Proteção: OVP / UVP / OPP / SCP / SIP.
29	FONTE DE ALIMENTAÇÃO TIPO 2	Fonte de Alimentação 850W 80 Plus Gold, Full Modular, PFC Ativo - Equivalente ou Superior a Fonte ASUS TUF Gaming, 850W, 80 Plus Gold, Full Modular, PFC Ativo	2	<ul style="list-style-type: none"> • Formato Intel: ATX12V; • Potência Nominal: 850W; • ATX 3.0: Sim; • Full Modular; • Classificação de eficiência 80 Plus Gold (até 95%); • Proteção: OPP/OVP/SCP/OCP/OTP; • Materiais Perigosos: ROHS; • Alcance do Input AC: 100-240Vca; • Voltagem do Output DC: +3.3V +5V +12V -12V +5Vsb; • Carga Máxima: 25A 25A 70.8A 0.8A 3A; • Carga Combinada: 130W 130W 850W 9.6W 15W; • Conectores: 1 x MB 24/20 pinos; • Tipo de PFC: PFC ativo; • 2 x CPU 4+4 pinos; • 1 x PCI-E 16 pinos; • 3 x PCI-E 8 pinos; • 5 x SATA; • 4 x periféricos.
30	KIT TECLADO E MOUSE	Kit Teclado e Mouse Com Fio - Equivalente ou Superior ao Kit Teclado e Mouse Com Fio Usb MK120 Preto Logitech	20	<ul style="list-style-type: none"> • Idioma do teclado: Português Brasil; • Profundidade do teclado: 2,35 cm; • Profundidade do mouse: 3,8 cm; • Tipo de sensor do mouse: Óptico; • Conexão do mouse: USB; • Resolução do sensor do mouse: 1.000 dpi; • Comprimento do cabo do mouse: 1,8 m; • Quantidade de botões do mouse: 3; • Layout: ABNT2; • Arquitetura do teclado: Membrana; • Conexão do teclado: USB; • Comprimento do cabo do teclado: 1,5 m;

				<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de chaves do teclado: 105; • Cor: Preto.
31	MOUSE PAD	Mouse Pad Ergonômico - Equivalente ou Superior ao Mouse Pad Com Apoio Em Gel, Preto C3TECH MP-100	30	<ul style="list-style-type: none"> • Mouse Pad Ergonômico com apoio em Gel; • Antidesgaste; • Base de borracha antiderrapante e estofamento confortável; • Design ergonômico com descanso para o pulso; • Tamanho: 23,00 x 25,50 mm; • Tecido lycra liso e flexível.
32	CABO DE AUDIO E VIDEO	Cabo de vídeo Displayport x HDMI - Equivalente ou Superior ao Cabo Displayport para HDMI CB-DMI18 Preto 1.8 metros	24	<ul style="list-style-type: none"> • Cabo blindado de alta velocidade; • Transmite áudio digital, possui plug and play; • Suporta monitor/tv ultra wide; • Audio sem compressão e sinais de vídeo em alta definição; • Proteção contra sobretensão; • Suporta resoluções desde hdtv 1080p até 4k para computadores, notebook, projetores entre outros; • Proteção contra sobrecarga; • Comprimento: 1.8 metros; • Gênero conector (1): displayport macho; • Gênero conector (2): hdmi macho; • Diâmetro do cabo: 7.5mm.
33	WATER COOLER	Water Cooler de 360mm - Equivalente ou Superior ao Water Cooler ASUS TUF Gaming LC II 360mm ARGB	2	<ul style="list-style-type: none"> • Dimensão do bloco de água: 73x73x45mm; • Material do bloco (placa CPU): Cobre; • Dimensão do radiador: 397x120x27mm; • Material do radiador: Alumínio; • Tubo de borracha com manga; • Comprimento do tubo: 400 milímetros; • FAN MODEL 12 ARGB; • Tamanho: 3 x slots de ventilador (120 mm); • Dimensão: 120x120x25mm; • Velocidade: 800 - 2.000 RPM +/- 10%; • Pressão estática: 3,0mmH2O; • Fluxo de ar: 67 CFM/113,8 m3h; • Barulho: 29dB(A); • Modo de controle: PWM/CC.
34	KIT COOLER FAN	Kit com 3 Coolers Fan de 120 mm - Equivalente ou Superior ao Kit com 3 Ventoinhas ASUS TUF Gaming TR120 Reverse, 120mm, ARGB, Preto	3	<ul style="list-style-type: none"> • Tamanho da Ventoinha: 120 x 120 x 28 mm; • Tipo de Rolamento: Hydraulic Bearing; • Velocidade da Ventoinha: 2000 RPM +/- 10%; • Fluxo de Ar Máximo: 77.4 CFM; • Pressão Estática Máxima: 3.3 mmH2O; • Nível de Ruído Máximo: 29 dB(A); • Tensão Nominal: 12V DC (Ventoinha) / 5V DC (LEDs); • Iluminação: ARGB (LEDs Endereçáveis); • Conector da Ventoinha: PWM de 4 pinos; • Conector LED: ARGB de 3 pinos (5V).

3.1.2. Os equipamentos devem novos, devidamente certificados por órgão de controle competente para o caso.

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

4.1. As propostas serão julgadas segundo o critério do **menor preço global por lote (lote único)**.

4.2. As propostas das empresas vencedores devem indicar obrigatoriamente a marca e o modelo dos equipamentos, quando cabíveis, sob pena de não aceitação das mesmas.

5. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. Os equipamentos de informática, deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias, a contar da entrega da nota de empenho, conforme especificação deste Termo de Referência, no endereço da Companhia, localizada na Avenida Nazaré, nº 1297, entre as Avenidas Generalíssimo Deodoro e 14 de março, bairro de Nazaré, CEP: 66.035-145, na cidade de Belém (PA), Brasil.

5.2. Os equipamentos de informática serão novos e deverão contar com garantia, preferencialmente, com assistência técnica autorizada localizada no município onde se localiza a sede da CODEC.

5.3. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega dos equipamentos de informática, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não sendo a CODEC responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.

6. PRAZOS E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

6.1. O recebimento dos equipamentos contratuais dar-se-ão da seguinte forma:

- a) Provisoriamente**, pelo Fiscal do contrato, quando da respectiva entrega do(s) material(ais), mediante Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade e quantidade do mesmo com as especificações constantes do edital, do contrato e da proposta apresentada pela Contratada;
- b)** Emitido o Termo de Recebimento Provisório, os equipamentos de informática serão objeto de inspeção pelo Fiscal do Contrato no prazo de 15 (quinze) dias úteis;
- c)** As eventuais impropriedades constatadas deverão ser registradas mediante Termo de Recusa, no qual consignarão as desconformidades, devendo o(s) equipamento(s) rejeitado(s) ser substituído no prazo de 20 (vinte) dias úteis, salvo prazo diverso ajustado pelo Fiscal de Contrato;

- d) Realizada a entrega dos equipamentos de informática, objeto de substituição serão submetidos à nova verificação nos prazos e condições antes referidos para posterior recebimento definitivo;
- e) Uma vez verificado que o objeto contratual está em conformidade com as exigências do edital, do contrato e da proposta apresentada pela Contratada, o mesmo será recebido **definitivamente** pelo Fiscal do contrato, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do término do prazo do provisório, com a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo.

6.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade destes equipamentos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste edital e seus anexos, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração Pública as faculdades previstas no Art. 18 da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

6.3. Será permitido o recebimento parcial do objeto, que se fará mediante ajuste prévio com o fiscal designado para o contrato;

6.4. Na hipótese de rescisão do contrato, caberá ao Fiscal do contrato atestar as parcelas adequadamente concluídas, recebendo definitivamente, conforme o caso.

6.5. O recebimento dos equipamentos de informática constitui condição indispensável para o pagamento do preço ajustado.

7. SERVIÇOS DE GARANTIA

7.1. O **Período de Garantia** será aquele oferecido pela **CONTRATADA** em sua Proposta Comercial, observado o prazo mínimo de 12 (doze) meses, além da garantia fornecida pelo fabricante.

7.2. O início do **Período de Garantia** dar-se-á na data de emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**.

7.3. Os 60 (sessenta) dias iniciais do **Período de Garantia** serão considerados como Período de Funcionamento Experimental.

8. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

8.1. Fornecer os equipamentos de informática rigorosamente de acordo com as especificações constantes neste Termo e na sua proposta, obedecidos aos critérios e padrões de qualidade predeterminados.

8.2. Realizar a entrega dos materiais em embalagens adequadas para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte, desde o fornecedor até o local de entrega,

sob condições que envolva embarques, desembarques, transportes por rodovias não pavimentadas, marítimos ou aéreos.

8.3. Substituir todo e qualquer material que chegar com defeito ou vier a apresentar vício de funcionamento.

8.4. Fornecer, mediante solicitação escrita, todas as informações julgadas relevantes pela CODEC.

8.5. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos conforme especificados neste Termo e no Contrato, sujeitando-se às penas e multas estabelecidas.

8.6. Organizar e operacionalizar a entrega dos equipamentos de informática na sede da CODEC, disponibilizando os materiais e pessoal necessário para a correta entrega dos serviços.

8.7. Indicar um preposto com um número de telefone móvel (celular) para contato 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, durante o prazo de vigência do contrato, responsável por organizar e coordenar a entrega dos equipamentos de informática adquiridos, a quem a fiscalização se reportará de forma ágil.

8.8. Comunicar imediatamente à CODEC toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada na execução do contrato, bem como qualquer dificuldade enfrentada.

8.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos equipamentos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

8.10. Responder por todos os ônus referentes aos serviços objeto deste Termo de Referência, tais como: salários de pessoal, acidentes de trabalho, encargos sociais, fiscais, previdenciários e trabalhistas, alimentação, transporte, taxas, impostos, indenizações civis e quaisquer outras exigências legais ou regulamentares que venham a incidir sobre a atividade pactuada, ficando a CODEC isenta de qualquer vínculo empregatício com os empregados da Contratada.

8.11. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do material na sede da CODEC;

8.12. Manter, durante a contratação, a regularidade fiscal, comprovando regularidade perante a Seguridade Social - INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e prova de regularidade perante a Fazenda Pública Estadual.

8.12.1. A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

9. OBRIGAÇÕES DA CODEC

9.1. Assegurar-se da qualidade e adequado funcionamento dos equipamentos de informática adquiridos após verificação das especificações, rejeitando, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.

9.2. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa Contratada.

9.3. Efetuar os pagamentos nas condições, prazo e preços pactuados.

9.4. Acompanhar e fiscalizar o contrato por meio do Fiscal devidamente designado.

9.5. Notificar, por escrito, a ocorrência de eventuais irregularidades no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção.

9.6. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

9.7. Comunicar à empresa Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução contratual.

9.8. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

9.9. Proceder às consultas de regularidade fiscal e trabalhista antes de efetuar os pagamentos devidos, nas condições pactuadas.

9.10. Comunicar por escrito à Contratada qualquer irregularidade encontrada.

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. A empresa Contratada deverá comprovar a qualificação técnica mediante a apresentação de, no mínimo, **02 (dois) atestado(s) de Capacidade Técnica, expedidos por pessoa física ou pessoa jurídica de direito público ou privado**, demonstrando a empresa já prestou os mesmos serviços, objeto da presente contratação e compatível em característica, quantidade e prazos com o objeto da contratação.

10.2. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) deve(m) conter as seguintes informações básicas: nome do contratado e do contratante, identificação do contrato (tipo ou natureza do serviço) e localização dos mesmos.

11. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

11.1. Em observância ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, enquanto um princípio insculpido na Lei 13.303/2016 e no RILC da CODEC, bem como as disposições do Decreto Estadual nº 1.354/2015, a contratação de que trata o presente termo de referência deverá atender aos seguintes critérios:

- a) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- b) Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- c) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;
- d) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- e) Uso de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;
- f) Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços executados.
- g) Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelos serviços contratados;
- h) Mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- i) Utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;
- j) Avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;
- k) Proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados por empresas públicas e sociedades de economia mista;
- l) Obediência à política de separação dos resíduos recicláveis descartados e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto n. 5.940/2006;
- m) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

11.2. A comprovação das exigências da necessária observância aos critérios de que trata o item 10.1 poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial, instituição credenciada ou mediante declaração firmada pela contratante.

12. FISCALIZAÇÃO

12.1. As regras de acompanhamento e fiscalização estão dispostas na minuta do contrato.

12.2. O acompanhamento e fiscalização quanto à execução dos contratos, bem como quanto ao recebimento e verificação dos equipamentos de informática entregues, ficarão a cargo do Fiscal do Contrato, formalmente designado.

12.3. O Fiscal que atuará como representante da CODEC e seu substituto serão designados formalmente pelo Presidente da Companhia, os quais deverão verificar o fiel cumprimento das obrigações contratuais junto à Contratada.

12.4. Compete ainda à Fiscalização dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação do serviço.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da Funcional Programática 700201.22.122.1297.8338; Elemento de Despesa: 449052; Elemento de Despesa: 339030; Fonte: 01501000061 e 02501000061.

14. VALOR ESTIMADO

14.1. O valor de referência da presente contratação se deu pela média de preços coletada na forma tradicional, mediante pesquisa de mercado.

14.2. O custo estimado da contratação foi previsto considerando o valor global para aquisição dos equipamentos de informática.

15. PAGAMENTO

15.1. O pagamento somente será efetuado constatando-se a regularidade da Nota Fiscal do fornecedor, junto as fazendas Federal e Estadual, INSS e FGTS;

15.2. O pagamento será creditado em conta bancária indicada pela Contratada, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, atestada e visada pela unidade responsável pelo recebimento do material/equipamento, por meio de ordem bancária, devendo para isto ficar explícito o nome da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

15.3. No caso de devolução da Nota Fiscal, Fatura ou Recibo para correção, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de reapresentação dos referidos documentos;

15.4. A nota fiscal em desacordo com as normas vigentes não será paga até que a CONTRATADA providencie sua correção ou substituição, não ocorrendo, neste caso, qualquer alteração no valor a ser pago pela CODEC.

15.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, em razão de penalidade ou inadimplência contratual;

15.6. A CODEC não se responsabilizará pelo pagamento de nenhum adicional decorrente de qualquer operação realizada junto à rede bancária, como por exemplo, taxas, multas, entre outros;

15.7. Em havendo a possibilidade de recebimento parcial do objeto, conforme definido no item 6.3., será permitido o pagamento parcial, mediante a emissão de nota fiscal correspondente aos itens recebidos.

16. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

16.1. A contratação será formalizada mediante celebração de instrumento contratual entre CODEC e a CONTRATADA.

16.2. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme a necessidade da CODEC, havendo concordância entre as partes.

Belém (PA), 23 de março de 2026.

Kleber Murat Braun de Queiroz Júnior
Gerente de Tecnologia da Informação/CODEC

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA (em papel timbrado da empresa)

À

Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará – CODEC
Pregão Eletrônico nº 90002/2026

DADOS DA EMPRESA OU DO CONSÓRCIO:

Razão social:

CNPJ/MF:

INSC. ESTADUAL Nº:

INSC. MUNICIPAL Nº:

Endereço completo:

Telefones de contato e/ou fax:

Endereço eletrônico (e-mail)

DADOS BANCÁRIOS:

Nome do Banco:

Número do Banco:

Agência:

Conta corrente:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome completo:

CPF/MF:

Carteira de Identidade:

Nacionalidade:

Estado civil:

Profissão:

Endereço pessoal completo

Cargo na empresa:

1. Pela presente, declaramos inteiro conhecimento e aceitação das condições estabelecidas no instrumento convocatório em epígrafe e seus anexos, bem como a obrigatoriedade do cumprimento das disposições neles contidas, assumindo o compromisso de executar os serviços nos seus termos e fornecer todos os produtos, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidade e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, caso seja necessário, promovendo, quando requerido, sua substituição.

2. Declaramos que nos preços ofertados já estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, tais como: materiais, fornecimentos de certidões e documentos, equipamentos, mão-de-obra,

encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, despesas administrativas, transportes, seguros, lucro, entre outros, em especial, custos relativos a atividades fora da comarca sede da Contratante, como viagens, estadias, transportes, alimentação e outros que se fizerem necessários para a completa execução do objeto. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que não podem ser repassados à Administração, não estão incluídos na proposta apresentada.

3. Declaramos ciência quanto ao fato de que a nossa inadimplência, enquanto contratada, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Estado do Pará, nem poderá onerar o objeto desta proposta, razão pela qual renunciamos expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Administração Pública Estadual.

4. Declaramos que quaisquer tributos, despesas e custos omitidos ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços globais propostos, e os serviços serão fornecidos sem ônus adicionais, não ocasionando acréscimos posteriores à Administração.

5. Declaramos ainda, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante/Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Pregão Eletrônico nº 90002/2026-CODEC, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da Pregão Eletrônico nº 90002/2026-CODEC, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Pregão Eletrônico nº 90002/2026-CODEC quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Pregão Eletrônico nº 90002/2026-CODEC não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Pregão Eletrônico nº 90002/2026-CODEC antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Pregão Eletrônico nº 90002/2026-CODEC não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão Licitante) antes da abertura oficial das propostas; e,

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

6. Propomos como preço global para a execução integral do objeto desta licitação o valor global de **R\$ xxxxxxxxx (valor por extenso)**, da seguinte forma distribuído **[deve-se indicar os valores unitários e totais por item e para o lote; indicar a marca/modelo dos bens ofertados]**:

(INDICAR Nº DO LOTE CONCORRIDO)					
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01					
02					
03					
04					
VALOR GLOBAL DO LOTE (R\$)					

Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.

(Local e Data)

(Assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/202x, CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ - CODEC E XXX, NA FORMA ABAIXO:

Por este instrumento de Contrato Administrativo, de um lado, a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ - CODEC**, sociedade de economia mista, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 05.416.839/0001-29, com sede à Av. Nazaré, nº 1297, bairro de Nazaré, CEP: 66035-145, Belém, Pará, neste ato representada por seu Presidente, Sr. **LUTFALA DE CASTRO BITAR**, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº *****.xxx.***-****, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada **CODEC** e, de outro lado, a empresa **XXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, o qual se regerá pela Lei nº 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da CODEC e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 14.133/2021 (artigos 17, 28, inciso I, 178 e 60), e suas alterações, e segundo as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA ORIGEM DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. O presente instrumento tem por fundamento o processo da Licitação Presencial / Pregão Eletrônico nº xxx/20xx, com modo de disputa xxx, conforme Processo Administrativo nº xxxx/xxxxxx, nos termos do artigo 28 da Lei nº 13.303/2016 e do RILC da CODEC.

1.2. O Edital da Licitação Presencial / Pregão Eletrônico nº xxx/20xx, seus respectivos Anexos e todos os documentos da empresa CONTRATADA, em especial sua proposta comercial, são partes integrantes deste contrato, como se nele transcritos estivessem.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

2.1. O presente Contrato tem por objeto a xxxxx.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ xxx (xxxxx)**, perfazendo o valor global de **R\$ xxx (xxxxx)**, a ser pago em conformidade com a demanda dos serviços solicitados e perfeitamente executados.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste Contrato constam do orçamento aprovado da CODEC para o exercício de 2026, como a seguir especificado:

PTRES: XXX; Elemento de Despesa: XXX, Fonte: XXX.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO

5.1. A Nota Fiscal deverá fazer referência ao número do Contrato, constando inclusive o número do telefone da empresa fornecedora.

I. No caso de devolução da Nota Fiscal, fatura ou Recibo para correção, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de reapresentação dos referidos documentos.

II. O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado após a verificação da regularidade fiscal da CONTRATADA, que poderá ser realizada através de consulta ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF: regularidade fiscal federal (receita federal, FGTS, INSS, CNDT) e regularidade fiscal estadual/municipal (receita estadual e receita municipal).

III. A CODEC poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Edital e do Contrato.

IV. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

V. O pagamento será efetuado mediante o processamento do documento de cobrança apresentado pela CONTRATADA, devidamente certificado por fiscal credenciado, o pagamento será realizado preferencialmente em C/C do Banco do Estado do Pará - BANPARÁ em conformidade ao Decreto Estadual nº 877, de 31 de março de 2008.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O pagamento será creditado em conta bancária indicada pela Contratada, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, atestada e visada pela unidade responsável pelo recebimento do material/equipamento, por meio de ordem bancária, devendo para isto ficar explícito o nome da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, conforme indicado no item V desta Cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Será susinado o pagamento do evento, sem prejuízo das obrigações da CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir as especificações e cláusulas contratuais vinculadas a tal evento.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. O prazo de vigência do presente contrato é de xx (xxxxx) meses consecutivos, iniciando-se na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, conforme a necessidade da CODEC, havendo concordância entre as partes, nos termos do artigo 71 da Lei nº. 13.303/2016.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS SERVIÇOS DE GARANTIA

7.1. O **Período de Garantia** será aquele oferecido pela **CONTRATADA** em sua Proposta Comercial, observado o prazo mínimo de 12 (doze) meses, além da garantia fornecida pelo fabricante.

7.2. O início do **Período de Garantia** dar-se-á na data de emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**.

7.3. Os 60 (sessenta) dias iniciais do **Período de Garantia** serão considerados como Período de Funcionamento Experimental.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as disposições previstas na legislação vigente, no contrato e as condições existentes no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

- I.** Manter os requisitos e condições de habilitação fixadas no processo de licitação ou contratação direta, informando sempre que houver alteração do Contrato Social da Empresa, através do envio de cópia do contrato atualizado;
- II.** Comunicar a imposição, a si, a seus sócios e aos administradores, ou a qualquer consorciada, de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a CODEC, bem como a eventual perda dos pressupostos para a sua contratação;
- III.** Reparar todos os danos e prejuízos causados diretamente à CODEC ou a terceiros, sem exclusão ou redução desta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Fiscal do Contrato;
- IV.** Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo Fiscal de Contrato ou empregado previamente designado pela CODEC;
- V.** Obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela CODEC para a adequada execução do contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais, tenham elas natureza principal ou acessória;
- VI.** Designar 01 (um) preposto como responsável pelo contrato firmado com a CODEC, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da CONTRATADA, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas naquele Instrumento;
- VII.** Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade da prestação do objeto contratado, reservando à CODEC o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados;
- VIII.** Responsabilizar-se integralmente pela execução do objeto contratado, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos; quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e preposto, as normas do CODEC;
- IX.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CODEC;
- X.** Manter sigilo sobre as informações que detenha sobre as atividades da CODEC, externando qualquer opinião a respeito, somente mediante autorização expressa da Companhia;
- XI.** Aceitar a fiscalização da CODEC que será exercida por um empregado designado formalmente para este fim e, na sua ausência, por um suplente;
- XII.** Assumir a responsabilidade por prejuízos causados a CODEC por negligência, imperícia ou imprudência de seus técnicos ou empregados, e também, os custos e assistência quanto a acidentes com seus empregados, na execução de serviços previstos;
- XIII.** A CONTRATADA **não poderá subcontratar**, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto contratado;
- XIV.** Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro de acidente do trabalho, que incidam ou venham a incidir sobre os serviços objeto do contrato e apresentar os

respectivos comprovantes, quando solicitados pelo CODEC, exceto com relação aos tributos e contribuições que serão recolhidos pela CODEC no ato do pagamento;

XV. Assegurar à CODEC o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com a técnica atual, normas ou especificações que atentem contra a sua segurança ou de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da CODEC eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades proveniente do Contrato;

XVI. Assumir a responsabilidade integral e ilimitada pela vinculação trabalhista, exclusiva dos seus empregados, no desempenho dos serviços técnicos objeto do Contrato, em ocorrências nas dependências do CODEC;

XVII. A CONTRATADA é a única responsável por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas os seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços relativos ao contrato;

XVIII. Fornecer à CODEC, toda e qualquer informação que lhe seja solicitada sobre o objeto da contratação, bem como, facilitar-lhe a fiscalização da execução dos serviços, cuja omissão na fiscalização não diminui ou substitui a responsabilidade da empresa, decorrente das obrigações pactuadas;

XIX. À CONTRATADA fica expressamente proibido o aproveitamento de empregados da CODEC, para execução de serviços técnicos objeto do contrato;

XX. Aceitar, nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação;

XXI. Prestar o objeto contratado dentro do melhor padrão de qualidade técnica.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CODEC

9.1. Os contratos serão controlados e fiscalizados com vistas a garantir o atendimento dos direitos e obrigações pactuados, conforme Título VI – Dos Contratos, do RILC da CODEC, estando obrigada, entre outros, à:

I. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste instrumento;

II. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por intermédio dos colaboradores **XXX**, Fiscal Titular, e **XXX**, Fiscal Suplente, que anotarão, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestarão as notas fiscais/faturas e recibos para fins de pagamento;

III. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;

IV. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

V. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

VI. A CODEC poderá exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que causar embaraços à fiscalização, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem conferidas;

VII. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, prestando informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, inclusive permitindo o acesso dos técnicos ou representantes desta às dependências da CODEC.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação do objeto e, ainda, na alocação de todos os recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, conforme a Lei nº 13.303/2016 e subsidiariamente o Decreto Estadual nº. 870, de 04 de outubro de 2013, estando a CONTRATADA obrigada a atender as observações de caráter técnico do fiscal, o qual está investido de plenos poderes para:

- I.** Conferir se o objeto entregue está de acordo com as especificações técnicas exigidas;
- II.** Informar ao setor responsável as ocorrências que exijam decisões e providências que ultrapassem a sua competência;
- III.** Atestar as notas fiscais/faturas, garantindo, assim, que o objeto contratado foi prestado corretamente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos na Lei nº 13.303/2016, desde que haja interesse da CODEC, com apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO VALOR CONTRATADO

12.1. No interesse da CODEC, o valor inicial poderá ser acrescido ou suprimido até o limite previsto no art. 81, §1º da Lei nº 13.303/2016;

12.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

12.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no item 11.1, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO REAJUSTE E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

13.1. Os preços propostos permanecerão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da data de assinatura do presente contrato, na forma do art. 179, I e II do RILC da CODEC.

13.2. Os preços poderão ser reajustados/repactuados somente depois de decorrido o prazo estipulado no item anterior, pela variação apurada no período do índice IPCA.

13.3. Para as repactuações subsequentes à primeira repactuação, deverá ser observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a partir da data da última repactuação.

13.4. Os reajustes ou repactuações serão precedidas de solicitação formal da CONTRATADA, acompanhada de comprobatória, nos termos do art. 180 do RILC da CODEC.

13.5. As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com o encerramento do contrato.

13.6. Em caso de ocorrência de deflação ou qualquer outro evento que implique redução do valor contratual, a repactuação será provocada pela CODEC, conforme art. 179, parágrafo único do RILC da CODEC.

13.7. Este contrato está sujeito à revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos dos art. 179, III e art. 180 do RILC da CODEC.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a CODEC poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2. Nos termos do art. 82, da Lei nº. 13.303/2016 fica a CONTRATADA, em caso de atraso injustificado na execução do respectivo contrato, sujeita à multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, calculada sobre 1/12 do valor do contrato, por dia e por ocorrência (localidade/município).

14.3. Na hipótese do item anterior, decorrido o lapso de 30 (trinta) dias, a CODEC deverá manifestar-se sobre o interesse na continuidade da execução do contrato.

14.4. Não havendo mais interesse da CODEC na execução do contrato, total ou parcialmente, em razão do descumprimento, por parte da CONTRATADA de qualquer das condições avençadas, fica estipulada a multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, nos termos do inciso II, do artigo 83, da Lei nº. 13.303/2016.

14.5. O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a CONTRATADA, nos termos dos arts. 82 a 84 da Lei nº. 13.303/2016.

14.6. O valor de multa, apurado após regular procedimento administrativo, poderá, a critério da CODEC descontado dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA.

14.7. Se o valor da multa for superior ao valor devido à CONTRATADA, a diferença será cobrada administrativamente, ou judicialmente, se necessário.

14.8. A CONTRATADA ficará impedida de licitar e de contratar com a CODEC, pelo prazo de até 02 (dois) anos, com fulcro no artigo 84, III da Lei nº. 13.303/2016, garantido o direito prévio do contraditório e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se:

I. comportar-se de modo inidôneo;

II. fizer declaração falsa;

III. cometer fraude fiscal;

IV. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.9. Comprovado o impedimento ou reconhecida força maior devidamente justificado e aceito pela CODEC isentará a CONTRATADA das penalidades mencionadas;

14.10. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a CODEC poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

14.11. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

14.12. No caso de anulação do procedimento por ilegalidade, o contrato dele decorrente será nulo, não assistindo aos licitantes qualquer indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido dos custos que tiver comprovadamente suportado até o momento da declaração de nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA RESCISÃO

15.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

15.2. A rescisão do contrato poderá ser:

I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CODEC, notificando-se a contratada com a antecedência mínima de 10 (dez) dias, nos seguintes casos:

- a) O descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
 - b) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
 - c) A subcontratação do objeto contratual a quem não atenda as disposições do Capítulo VIII do Título VI do RILC da CODEC.
 - d) A fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e não observados os requisitos do art. 227 do RILC da CODEC.
 - e) O desatendimento das determinações regulares do gestor e/ou do fiscal do contrato;
 - f) O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do Manual de Fiscalização de Contratos da CODEC;
 - g) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - h) A dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA;
 - i) Razões de interesse da CODEC, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno;
 - j) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
 - k) O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
 - l) O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.
- II. Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para a CODEC;
- III. Judicial nos termos da legislação.
- IV. A rescisão administrativa será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- V. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa nos termos do artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

16.1. As obrigações do presente contrato suspender-se-ão sempre que ocorrerem circunstâncias alheias à vontade, controle e ação das partes, causadas por motivo de força maior ou caso fortuito, na forma do Código Civil, desde que sua ocorrência seja alegada e comprovada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. Serão considerados casos fortuitos, ou de força maior, para efeito de rescisão contratual unilateral ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a realização da entrega do objeto do Acordo no local indicado:

- I. Greve geral;
- II. Interrupção dos meios normais de transportes que impeça a locomoção do pessoal;
- III. Calamidade pública;

- IV.** Acidentes, sem culpa da CONTRATADA, que impliquem em retardamento da execução da atividade;
- V.** Consequências, devidamente comprovadas, de condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais e não passíveis de previsão;
- VI.** Eventuais atrasos decorrentes de dificuldades técnicas que venham a requerer a modificação do(s) Projeto(s) e Especificações, desde que autorizada pela CODEC; e
- VII.** Outros casos que se enquadrem no Parágrafo Único, do art. 393, do Código Civil Brasileiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Qualquer dos motivos acima enumerados deverá ser devidamente justificado pela CONTRATADA perante a CONTRANTE, por escrito.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Sempre que ocorrerem situações que impliquem em caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado à CONTRANTE, até 24 horas após a ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018

17.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

17.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CODEC, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação (listar outros, quando cabível).

17.5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CODEC.

17.6. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CODEC em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA CONFORMIDADE

18.1. A CONTRATADA, com relação às atividades, operações, serviços e trabalhos vinculados ao objeto do presente contrato, declara e garante o cumprimento dos dispositivos da **Lei Anticorrupção – Lei 12.846/2013, e dos dispositivos 327, caput, § § 1º e 2º e 337-D do Código Penal Brasileiro.**

18.2. A CONTRATADA deverá defender, indenizar e manter a CODEC isenta de responsabilidade em relação a quaisquer reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas, decorrentes ou relacionadas a qualquer descumprimento pela CONTRATADA das garantias e declarações previstas nesta cláusula e na Lei Anticorrupção.

18.3. A CONTRATADA reportará, por escrito, para o endereço eletrônico a ser fornecido oportunamente, qualquer solicitação, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por empregado da CODEC para a CONTRATADA ou para qualquer membro da CONTRATADA, com relação às atividades, operações, serviços e trabalhos vinculados ao objeto do presente contrato.

18.4. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, nos termos do **Decreto Estadual nº 2.289, de 13 de dezembro de 2018**, que regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Estadual, a Lei Federal Nº 12.846, de 01 de agosto de 2013.

18.5. O descumprimento das obrigações previstas nesta Cláusula poderá submeter à CONTRATADA à rescisão unilateral do contrato, a critério da CODEC, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a **Lei Federal nº 12.846/2013.**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

19.1 A execução do contrato, bem como os casos neles omissos, regular-se-ão pelos preceitos de direito privados, aplicando, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma da Lei nº. 13.303/2016 e do RILC da CODEC.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA PUBLICAÇÃO

20.1. O presente contrato será publicado sob forma de extrato no Diário Oficial do Estado do Pará, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data de sua assinatura, de conformidade com o que dispõe o art. 28, § 5º da Constituição Estadual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A CONTRATADA declara neste ato ter pleno conhecimento e compreensão das especificações técnicas, dos documentos e demais condições contratuais, não podendo, pois, em nenhuma circunstância, alegar o desconhecimento dos mesmos para isentar-se de responsabilidade pela correta execução do contrato.

21.2. As comunicações entre a CODEC e a CONTRATADA serão feitas sempre por escrito, podendo ser realizadas por fac-símile ou e-mail, desde que sejam subscritos ou assinados por quem as represente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro da cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente contrato.

E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste contrato que, lido e achado conforme, vai assinado em 02 (duas) vias pelos representantes e testemunhas a seguir, a todo o ato presente:

Belém-Pará, XX de XX de XXXX.

Representante CODEC

Representante EMPRESA

TESTEMUNHAS:

1 _____

CPF/MF N.º _____

2 _____

CPF/MF N.º _____